



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ata da SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL n.º 0001/AM/12, de 29-02-2012

Aos vinte e nove dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e doze, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas quinze horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, o Senhor Presidente da Assembleia, José Alves Grilo Gonçalves, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, Pedro Francisco Pires Brilhante, Carlos Alberto Ferreira da Silva, Andreia Sofia Pinheiro Marques, Teresa Maria Rodrigues Guapo, Fernando Silva, Maria da Conceição de Freitas Anastácio, Américo Ferreira, Pedro Filipe da Silva Murtinho, Maria Luzia Pereira Ferreira Domingues, Jorge António Gaspar Cordeiro, Catarina Pascoal da Silva, Eliana Jorge Cordeiro Varalonga, Anézio Gonçalves Ferreira, Armindo Lopes Carolino, João André Varela Coelho, Fernando Daniel Lopes Carolino, Edite Maria Olaio Domingues dos Santos, Tiago André de Sousa Galvão Varela Santos, Vítor da Conceição Gomes, Pedro Miguel Serra Santos, António Fernandes Carrasqueira, Manuel Simões Rodrigues Marques, Fernando Rodrigues Matias, Manuel António Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Rodrigues Domingues, José Maria Gonçalves Neves, António Manuel Cardoso Fernandes, Avelino das Neves António, Aires Cardoso Moreira, António do Nascimento Lopes, Carlos Manuel Simões Cardoso, Guilherme Manuel Gameiro Domingues, Ilídio Manuel da Mota e Jorge Gameiro da Silva, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior;

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade;

Ponto 2 - Período da Ordem do Dia:

Ponto 2.1 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Ponto 2.2 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Abertura de Procedimentos concursais;

Ponto 2.3 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Proposta de Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Cultural.

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Dr. Diogo Mateus, Dr.ª Ana Gonçalves, Dr. Fernando Parreira, Dr. Michäel António, Dr.ª Paula Silva, Dr. Carlos Lopes e Dr. Adelino Mendes.

Presidiu à sessão o Senhor Dr. José Alves Grilo Gonçalves e foram secretários Alberto Ferreira da Silva como 1.º Secretário e Teresa Maria Rodrigues Guapo, como 2.ª Secretária.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos, tendo-se verificado, após a chamada, as seguintes ausências.

Eleitos pela lista do PSD – Sérgio Manuel da Silva Gomes, Isabel da Encarnação Costa, Eusébio Gonçalves Rodrigues, Leovigildo Marques Fernandes, que apresentaram pedido de justificação para as suas falta, e ainda Gabriela da Silva Santos.

Eleita pela lista do PS – Odete Marise dos Santos Alves, que apresentou pedido de justificação para a sua falta.

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou que fosse dispensado da leitura da ata da sessão anterior, a qual foi previamente distribuída pelos membros da Assembleia.

Colocada a acta a discussão, os membros da Assembleia Pedro Murtinho e Armindo Carolino, que solicitaram alterações de pormenor à ata as quais foram de imediato introduzidas.

Colocada a ata a votação, foi esta aprovada, por maioria, com duas abstenções, em virtude de ausências na sessão a que a mesma diz respeito.

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais.

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou ter recebido um documento da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, que leu, se dá por reproduzido e que fica arquivado no expediente da Assembleia.

Referiu ainda ter recebido a Resolução do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre a Proposta de Lei número 44/12 que versa a Reorganização Administrativa do Território Autárquico, que também fica à disposição dos membros da Assembleia.

Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade.

O **Senhor Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para as intervenções na generalidade, tendo-se inscrito:

Jorge Cordeiro, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“A minha intervenção, Senhor Presidente, vai centrar-se em 2 pontos fundamentais, com realizações recentes no nosso Concelho e que na nossa opinião muito contribui, tem contribuído para o agradecimento do Concelho, quer em termos do cliente interno, quer nos pombalenses, quer em termos a nível do cliente externo, portanto, transportando o nome Pombal fora das suas fronteiras com estes eventos de carácter nacional. Refiro-me à realização recente na Expocentro dos campeonatos nacionais de atletismo de pista coberta e também do meeting cidade de pombal. São eventos que a fazem com que Pombal seja hoje uma das capitais do atletismo de alta



MUNICÍPIO DE POMBAL

competição em Portugal, particularmente na sua vertente de inverno particularmente o nível da competição em pista coberta.

Isto é importante não só pela mobilização da cidade mas também pelo impacto que tem ao nível da sua economia e também por elevar o nome de Pombal, como digo, quer na comunicação social nacional, porque eventualmente ficar ligado à obtenção de recordes ou obtenção de mínimos. Isto só é possível porque no passado recente alguém teve a visão clara de apenas ter uma ideia simples. Aproveitar uma infraestrutura que estava encaixotada e dizer nós estamos aqui, nós estamos no centro do país, nós somos uma referência, nós vamos dar-lhe uso, nós vamos aproveitar o investimento que o país fez. E portanto essa capacidade visionária deve ser aqui a realçada e portanto é isso que nós queremos hoje também aqui destacar. Por outro lado, destaque também uma realização recente e que tem a ver com teatro. Uma peça que foi levada à cena no nosso cine-teatro a Demanda de D. Fuas e que nas suas 2 únicas apresentações teve lotação esgotada. Isto transporta-nos para uma reflexão que nos enche de orgulho por isto, uma peça de um autor que vive em Pombal, por um grupo de teatro com elementos de Pombal e numa infraestrutura que é hoje também uma das grandes salas de visitas da cidade. E que, nos enche de orgulho porque não só acolhe como dá comodidade a todos aqueles que se querem reunir perante um espectáculo cultural. É evidente que as infraestruturas, por si só, nada valem se não tiverem pessoas. Hoje nós sabemos que os países, as comunidades, as cidades, os concelhos, as empresas e as famílias são aquilo que as pessoas que os constituem quiserem que elas sejam. E portanto temos aqui este exemplo em que a criatividade por um lado, há trabalho, há organização, há espírito de sacrifício e naturalmente investimento passado para que tudo isso conjugasse para o êxito.

Portanto, eu quero dar aqui os parabéns à Câmara por esta capacidade visionária, mas também aos pombalenses, ao grupo de Teatro Amador de Pombal e todos aqueles que com o seu trabalho também fazem com que haja hoje uma dinâmica que é importante para que a cidade de Pombal e o Concelho sejam vistos como uma referência. Isso permitiu utilizar aqui a expressão que o John Fitzgerald Kennedy, aliás não foi John Fitzgerald Kennedy, peço desculpa, mas ele disse tinham um sonho, eu também tenho, e continuo a sonhar que Pombal pode ser uma referência, aquilo que hoje acontece pode ser aplicado com grande exemplo para o país. Muito obrigado a todos. Muito boa tarde, mais uma vez.”

Tiago Galvão, cuja intervenção se segue:

“Boa tarde a todos os presentes, a bancada do partido socialista traz hoje a esta Assembleia Municipal a reforma da administração local. O debate sobre esta reforma tem estado limitada à agregação de freguesias, tendo o governo entregue na Assembleia da República a sua proposta de lei. Esta bancada entende que a agregação de freguesias não tem qualquer expressão em termos de cortes na despesa. Para reduzirem equivocadamente a despesa nas autarquias será necessário extinguir e fundir empresas municipais e outras entidades financiadas maioritariamente pelas autarquias. Aliás, até é prometido às freguesias que se venham a agregar um aumento de 15% do orçamento até que 2017, o que certamente será conseguido com cortes no orçamento das outras freguesias. Afinal a agregação das freguesias não traz assim tanta poupança. Por contrario, trás despesa. Também a redução do número de vereadores e deputados municipais poderá contribuir para a redução de despesa nos municípios. O livro verde aborda estes assuntos mas já se percebeu que a grande motivação do governo PSD/CDS é extinguir freguesias. Face à proposta de reorganização que está em cima da mesa, que transfere boa parte da responsabilidade por estes processos para as autarquias locais. Esta bancada quer deixar bem explícita a sua posição.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Nenhum dos partidos a nível local teve a redução ou a agregação de freguesias inscrita no programa eleitoral. E por este motivo, coloca-se aqui um problema de falta de legitimidade eleitoral, por esse motivo o processo deve ser iniciado ouvindo os autarcas das freguesias e sobretudo ouvindo as populações de todas as freguesias do Concelho. Somos contra a análise deste processo baseado unicamente em interessados mapas ao livre critério de cada um. Temos de respeitar questões históricas e culturais bem com critérios económicos, sociológicos e demográficos. A proximidade às populações tem de ser mantida e não podemos permitir que este processo leve ao desaparecimento dos serviços que existem nas freguesias tais como: os correios, tensões de saúde, balcões municipais, farmácias, bancos, entre outros. O processo deve ser gerido de forma a respeitar as iniciativas locais garantido a participação ativa das populações e dos autarcas em todo o processo.

A agregação de freguesias deve ser feita prioritariamente em áreas urbanas com varias freguesias, algumas até tem sede no mesmo edifício, e freguesias com poucos habitantes ou de muito pouca dimensão, não é manifestamente o caso do nosso Concelho. Nos outros aspetos da reforma que tem estado completamente afastados do debate a bancada do partido socialista pretende manifestar a sua concordância com os executivos homogéneos, com a redução do número de vereadores, com extensão e fusão das empresas municipais e com o reforço dos poderes da Assembleia Municipal.

E atendendo a que somos membros da Assembleia Municipal, o reforço de poderes deste órgão deve merecer a nossa especial reflexão. No nosso entendimento os membros da Assembleia Municipal devem ter a faculdade de apresentar propostas em matéria fiscal orçamental e regulamentar. As bancadas devem poder agendar assuntos na ordem do dia, devem serem ampliados os poderes de fiscalização e agilizado o acesso á informação por parte dos membros da Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal deverá também reunir com maior frequência para que tudo isto tenha sucesso. Nesta reforma, o PS quer estar do lado da solução para nós estaremos disponíveis para acabar com serviço público de proximidade garantindo pelas freguesias, e nem para impor reformas administrativas contra a vontade das populações.”

Fernando Silva, que fez a intervenção abaixo:

“Nós vivemos numa terra em que, muito frequentemente, conhecemos novos líderes. E, há cerca de uma semana, mais um líder surgiu nesta cidade, e fica-nos bem aqui referir que o Partido CDS tem um novo líder.

Eu quero deixar aqui explícito que desejo ao Paulo Sérgio Santos que teve disponibilidade para vir visitar hoje, as maiores felicidades e que ele traga para a praça pública a discussão política.

Há cerca de 17 ou 18 anos houve uma tentativa de criar um Regulamento para a atribuição de subsídios às coletividades e, na altura, falou-se apenas nas associações desportivas.

Sei que esta Câmara, ao longo de todos estes anos, teve os seus investimentos na maioria das situações, planeados. Tenho conhecimento que na última semana, e ao fim de 18 anos, aquilo que foi um embrião terá agora uma idade adulta e a Câmara conseguiu com cerca de 40 associações deste Concelho chegar a um consenso de distribuição de verbas. Estas associações também são subsidiadas pelos próprios atletas que, na sua maioria, também tem as suas quotas em formação. A Câmara está aqui a participar com cerca de 295 mil euros para 44 coletividades.

Eu penso por aquilo que vi, em termos de números, só naqueles escalões de bambis e iniciados, que às vezes há ali idades que podem adaptar-se a dois escalões.

A Câmara com um documento destes cria às associações a condição para que saibam aquilo com que contam em cada ano. As associações têm tempo para planear o ano desportivo seguinte,



MUNICÍPIO DE POMBAL

sabem que recebem um subsídio por cada escalão, por cada atividade e assim não será necessário que as coletividades façam como faziam há uns anos atrás, em que cada vez que precisavam de dinheiro, cada vez que precisavam de uma ajuda, vinham aqui pedi-lo.

Penso que todas estas ajudas vêm no seguimento daquilo que a Câmara tem feito para o apoio aos jovens e Pombal também ganha, porque já por vários anos no dia 11 de novembro são condecorados atletas que se formaram com a ajuda da Câmara.

Depois daquilo que o meu colega de Jorge Cordeiro disse sobre as ações desportivas de alta competição que se fazem neste Concelho, eu penso que a câmara deve continuar a apoiar a formação desportiva.”

Pedro Santos, que fez a intervenção seguinte:

“Três anos volvidos sobre uma reorganização, o Governo anunciou no passado dia 16 de Janeiro uma nova organização do setor do turismo, com a criação de cinco novas regiões com base nas NUT II (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve), desaparecendo cinco entidades regionais de turismo (ERT), seis Pólos de desenvolvimento e mais cinco agências promocionais (ARP).

Com este novo figurino a entidade regional de turismo do Pólo de Desenvolvimento Turístico Leiria-Fátima, comumente designada por Turismo de Leiria-Fátima, da qual o Presidente do Município de Pombal é vogal da Direção, desde o dia 9 de Junho de 2011, é extinta e fica dividida por duas regiões de turismo: Fátima na região de turismo de Lisboa e Vale do Tejo e Pombal, Leiria, Batalha e Porto de Mós na do Centro.

Segundo a Secretária de Estado do Turismo, Dra. Cecília Meireles, até Abril o quadro legislativo que suporta esta nova reorganização do setor deve estar concluído, prevendo-se que “seja possível até ao fim deste semestre” por a funcionar as direções instaladoras das cinco novas regiões de turísticas.

É sabido que no dia 31 de Janeiro foi entregue pelo Turismo de Leiria-Fátima à secretária de Estado do Turismo uma proposta de fusão com os pólos do Oeste, Templários e Ribatejo, proposta, que foi aprovada por todos os Municípios que integram o Turismo de Leiria-Fátima e pela da respetiva Assembleia-Geral.

Ou seja, neste momento, Pombal pode ficar a Sul da Região de Turismo do Centro, como acontece no caso da Rede Urbana dos castelos e Muralhas Medievais do Mondego, Agência essa que tem, como parceiros, além de Pombal, os concelhos do baixo Mondego e outras entidades da região centro ou então pode ficar a norte de uma região de turismo que teria com principais recursos o património religioso.

Face às especificidades e recursos do nosso Concelho, que vai da serra ao mar, pensamos que a tomada de posição para salvaguardar e potenciar as mesmas deve ser bem ponderada, e assim sendo, o facto de ficarmos ligados a uma ou outra região é uma decisão estratégica e não de somenos importância, de modo a evitar a descaracterização e a perda de originalidade dos destinos turísticos.

Reconhecendo o turismo enquanto veículo com um papel determinante no desenvolvimento local das comunidades e que tem reflexos muito positivos na qualidade de vida dos cidadãos, e apesar de no presente mandato ter sido concluída a Estrada Atlântica (Agosto 2011) e editado o novo guia turístico do concelho de Pombal (Outubro de 2010) é notória a falta de planeamento turístico no concelho. Por falar em investimentos na área do turismo, qual o ponto de situação do Parque de Campismo Ecológico da Mata do Urso e do CIMU-SICÓ - Centro de Interpretação e Museu da Serra de Sicó?



MUNICÍPIO DE POMBAL

Porque não aproveitar mais a Associação de Desenvolvimento Terras de Sicó – Adsicó, da qual fazem parte os Municípios de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure para promover a região, evitando sobreposição de funções e pouca integração entre as entidades, evitando a pouca eficiência do atual regime.

Para apoiar esta tomada de decisão (escolha da região de turismo) e salvaguardar futuros investimentos na área do turismo, propomos à Câmara Municipal de Pombal a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo no Concelho, que teria como principal objectivo encontrar as linhas orientadoras para o desenvolvimento do turismo no concelho de Pombal, numa base de sustentabilidade, qualidade e diferenciação, constituindo também um importante instrumento do PDM – Plano Director Municipal em processo de revisão.

Face a esta intenção do Governo, qual a tomada de posição do Município de Pombal sobre a reorganização do setor do turismo?

Qual a estratégia do executivo para o desenvolvimento turístico do Concelho?

Quais os investimentos previstos nesta área até 2013?”

Pedro Brillhante, cuja intervenção se segue:

“Gostaria primeiramente de salientar o enorme orgulho com que a JSD se apresenta hoje perante esta magna Assembleia. Orgulho do trabalho realizado, do dever cumprido, da convicção de que hoje se dará início a um processo de aproximação da justiça àqueles que mais precisam e a muitos que ainda a ela não têm acesso.

Se antes deste facto e no seguimento da promessa por nós aqui feita na última Sessão desta mesma Assembleia, propomos a votação de um documento que visa a implementação de uns “Julgados de Paz” no Concelho Pombal.

De forma bastante sucinta, propomos que isto seja implementado nas instalações do antigo “Espaço Internet” de Pombal, na retaguarda do Celeiro do Marquês, pelas suas adequadas dimensões, pelo nível mínimo de intervenção necessária e conseqüente baixa de custos, e a sua privilegiada localização, atribuindo também à causa na histórica uma outra dinâmica.

Em termos mais concretos, os “Julgados de Paz” são um meio alternativo de resolução de litígios, sendo que, qualquer pessoa que anteriormente recorreria ao sistema judicial, poderá agora com implementação dos “Julgados de Paz” em Pombal, aceder a uma justiça informal, mais célere e sobretudo, incomparavelmente, menos dispendiosa, tendo um custo fixo de apenas setenta euros por processo e uma pendência de 80 dias em média.

Em formalidade, simplicidade, a cultura de participação cívica e proximidade que caracterizam os “Julgados de Paz” são, por si só, fortes indicadores da importância e impacto que este projeto terá em Pombal e em todos os Pombalenses.

Mais, sendo Pombal uma terra de investidores e comerciantes a criação de um “Julgado de Paz” irá contribuir com uma nova dinamização para o comércio, ao permitir à sua população ter acesso a um mecanismo célere e simplificada de justiça. A cobrança de pequenos créditos, torna-se crucial para o pequeno/médio comerciante que muitas vezes se vê obrigado a desistir da sua atividade, pela morosidade imposta pelos tribunais tradicionais.

No que toca a custos para Autarquia, os “Julgados de Paz” conjugam uma opção totalmente viável sendo que os custos inerentes se prendem maioritariamente com a adaptação do espaço, com os encargos com a sua manutenção, água, luz, etc., e o ordenado de um administrativo e de um técnico de atendimento licenciado em Direito.

A nomeação e remuneração de um “Juiz de Paz” é feita pelo Ministério da Justiça e portanto não acarreta qualquer tipo de custos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Caros colegas deputados, numa era em que impera a visão economicista é importante não perder a mais importante missão de todas: melhorar as condições de vida da população.

Dotar Pombal de um “Julgado de Paz” é um passo em frente nesta área, sem nunca esquecer que o retorno económico que por ele criado e também assinalável, embora de difícil quantificação. Os seus baixos custos, permitirão um melhor e maior acesso à justiça a toda a população que hoje, vive melindrada perante um crescente bloqueio económico de acesso aos tribunais tradicionais, não só pelo elevado valor de custas processuais, mas também pela sua desesperante morosidade na condução e conclusão dos processos.

A JDS propõe hoje uma alternativa: um novo caminho, uma justiça mais célere, e muito importante, acessível a todos. Cabe a todos nós, legítimos representantes eleitos pelo povo, defender esta causa apontando no rumo certo para a dinamização do comércio e ao mesmo tempo para assegurar uma justiça de proximidade à população.”

O Senhor Presidente da Assembleia, informou ter sido entregue na Mesa um documento subscrito por Pedro Brilhante, Andreia Marques, Eliana Varalonga, que fazem uma recomendação ao Executivo para que implante, em Pombal, um “Julgado de Paz”, documento que a Mesa vai fazer seguir para o Executivo, para que esta recomendação seja levada em linha de conta.

João Coelho, que interveio como se segue:

“Não que interesse sobremaneira à Assembleia Municipal, mas confesso que a minha paciência em relação à política em Pombal, atingiu o meu limite.

Soubemos pela imprensa que a JSD fez um inquérito aos estudantes do concelho sobre as principais preocupações destes jovens. Precisou disto para perceber a unanimidade destes jovens em relação à existência dum Parque Verde, para além da natural apreensão em relação ao desemprego.

Serve isto para dizer que continuo à espera que determinados grupos da Assembleia Municipal demonstrem estarem conscientes das suas obrigações. Senão, façamos o seguinte exercício de memória.

Nos já 9 anos que assisto ou participo continuamente nas Assembleias Municipais posso testemunhar alguns episódios de má governação tidos nesta sala: O pólo Universitário para Pombal que se deixou fugir; o Centro Tecnológico em Pombal defendidos pela oposição, depois pela maioria, prometido pelo presidente e agora abandonado; os novos pólos educativos defendidos pela oposição, prometidos pela maioria, um em cada freguesia, agora promessa de conclusão impossível; a reestruturação das empresas municipais defendida pela oposição, só assumida neste mandato; o centro de Associativismo tornado em promessa rota; a promessa da verba para Unidade de Cuidados Continuados, que motivou o início do processo e agora travado com o recuo nessa verba; a perseguição política dentro deste órgão contra o Presidente da altura por este ter pedido mais decisão a favor dum novo Centro de Saúde; o retirar sucessivo de condições ao investimento no concelho, por impostos e taxas ou decisões administrativas pouco atractivas aos investidores; o perdão de milhões de euros em taxas a empresas de extração de inertes, justificado por não se querer o trabalho de saber quanto se extrai nos nossos recursos naturais; a defesa da construção duma grande superfície comercial em local não permitido por lei, ao pé dos milhões gastos na recuperação do Castelo; o ignorar durante 12 anos este projeto da JSD do Parque Verde, projeto ainda da responsabilidade do agora vereador Michäel da Mota António, fazendo um número irresponsável, entretanto com algo inviável na Mata da Rola.

Refiro apenas estes exemplos para não me alongar ao ponto de me calarem por estar aqui o dia todo. Tudo sucedeu durante estes 9 anos com o apoio implícito e explícito da JSD, PSD e



MUNICÍPIO DE POMBAL

presidentes de junta eleitos pelo PSD. Sempre no mesmo ritmo com que se tornaram organizações como a ETAP ou mesmo a Câmara de Pombal em centros de emprego a favor das simpatias partidárias ou interesses determinados, ou com que os subsídios iam sendo atribuídos ao sabor do critério discricionário do Sr. Presidente da Câmara.

Ter que ir para a rua perguntar o que as pessoas querem 3 anos depois de se iniciar o mandato e quando já se tinha essa ideia anunciada aqui e na rua causa-me preocupação. É que não se sabe o que se veio aqui fazer e percebe-se que não saberão o que fazer com esta informação, por velha e redundante que é.

Apoio político não implica cumplicidade pelo silêncio com todas as decisões do Sr. Presidente e logo aquando do desempenho desta função de representante dos direitos dos pombalenses.

Cito mais uma vez neste mandato alguém querido à direita para ver se é mais aceite. Dizia Charles de Gaulle que para “se tornar mestre, o político mascara-se de servo”.

Narciso Mota faz isto há demasiado tempo para decidir mal ou romper promessas feitas perante todos nós.

Por favor, acabem também com este Carnaval.”

Eliana Varalonga, que fez a intervenção abaixo:

“Foi recentemente publicada a Lei 6/2012 de 10 de fevereiro que procedeu à primeira alteração e republicação da lei 8/2009 de 18 de fevereiro que criou o Regime Jurídico dos Conselhos Municipais da juventude, tendo sido finalmente solucionadas as inconstitucionalidades de que esta lei padecia.

Assim estipula agora, que compete aos Conselhos Municipais da Juventude dar parecer não vinculativo sobre matérias e políticas municipais ligadas à juventude. Assim e apesar da circular emitida pela Associação Nacional de Municípios no sentido da não criação destes órgãos municipais a JSD entende que tal recomendação deixou de ter sentido com a publicação desta alteração, devendo por isso o Município de Pombal diligenciar pela criação efetiva do Conselho Municipal da Juventude, tendo em especial atenção a mais valia deste Órgão, uma vez que possibilita aos jovens a sua envolvimento no processo político do Município.”

Edite Olaio, cuja intervenção se segue:

“Como é do conhecimento público, está a decorrer até ao final deste ano, em todo o país, uma avaliação geral do património urbano não avaliado desde 1 de Janeiro de 2004.

Esta avaliação visa, alegadamente, corrigir distorções e desigualdades entre contribuintes no pagamento do IMI relativo ao património imobiliário urbano.

A referida avaliação irá ter impacto no pagamento do IMI em 2013, relativo ao ano de 2012 e anos seguintes.

Prevê-se que ocorra aumento da carga fiscal em matéria de IMI, para a generalidade dos prédios objeto desta avaliação.

A Direcção-Geral dos Impostos vai estar à frente das operações, coadjuvada pela Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros.

A Direcção de Serviços das Avaliações vai planear, acompanhar e controlar a avaliação geral, coordenando a actividade dos peritos locais e prestando-lhes o apoio técnico necessário.

Os chefes de finanças vão fiscalizar a actuação dos peritos locais.

As Câmaras Municipais vão ter aqui um papel fundamental neste processo, competindo-lhes colaborar activamente com a administração fiscal na avaliação geral, fornecendo aos serviços de finanças as plantas de arquitectura das construções correspondentes às telas finais, no caso de imóveis, e o alvará de loteamento, no caso de terrenos para construção e de outros elementos



MUNICÍPIO DE POMBAL

informativos necessários, os quais terão que enviar por via electrónica, aos serviços de finanças da ares de situação dos prédios urbanos, nos dez dias subsequentes à sua solicitação. Se esse envio não for possível, as câmaras municipais terão de os enviar em formato papel, no mesmo prazo. Nos prédios urbanos em que se verifique a impossibilidade da entrega destes documentos mencionados, as câmaras municipais, com a cooperação dos proprietários, devem determinar a área bruta de construção do edifício ou da fracção e da área excedente de implantação.

O processo de avaliação geral de imóveis é por isso um processo de especial relevância para a vida dos munícipes e extremamente exigente para as Câmaras Municipais.

Assim a bancada do Partido Socialista tem duas questões a colocar ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara. A primeira é sobre que procedimentos foram já adoptados pela Câmara, com vista a pôr em marcha este processo de avaliação geral de prédios urbanos e a garantir que efetivamente sejam corrigidas as desigualdades existentes entre os contribuintes. Outra questão tem a ver com o ponto de situação da revisão dos zonamentos e respetivos coeficientes de localização, para a qual a Câmara tem uma equipa de trabalho e competência para emitir parecer e colaborar com os serviços competentes da Direcção Geral de Impostos, na elaboração das propostas de fixação dos elementos de avaliação.”

Andreia Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Como já vem sendo hábito nos últimos anos, a concelhia da JSD de Pombal promoveu junto à entrada das escolas, este ano na Escola Secundaria de Pombal e no Instituto D. João V do Lourical, inquéritos para ouvir os jovens, pois entendemos que esta é a melhor forma de percebermos o que mais os preocupa, quais as necessidades que sentem em Pombal e acima de tudo as ideias que têm para nos transmitir.

Era o que faltava a JSD ter de justificar ao deputado João Coelho ou a qualquer outro deputado as ações que levamos a cabo e que entendemos serem uma forma de nos apoiar e de nos ajudar a concluir o nosso trabalho.

Com cerca de quatro centenas de inquéritos elaborados, conseguimos concluir essencialmente o seguinte: nesta conjuntura o que mais preocupa os nossos jovens é sem sombra de dúvidas o desemprego. A imagem que têm da classe política é tendencialmente má ou muito má. Questionados sobre o que está pior no Concelho de Pombal, não houve uma área claramente assumida. Existiram sim, três áreas ligeiramente mais apontadas: saúde, cultura e ambiente, sendo os espaços verdes e os de lazer aludidos como os que mais falta fazem em Pombal.

Como não poderia deixar de ser, sondámos também os jovens no sentido de saber qual a opinião deles sobre a existência de um parque verde em Pombal e, sem dúvida, esta proposta reuniu um apoio avassalador muito próximo dos 100% de inquiridos a defenderem-na. Os jovens Pombalenses e a população em geral sentem falta de um verdadeiro Parque Verde na cidade, onde possam praticar as mais variadas atividades desportivas, de lazer, culturais, etc...

Esta sondagem, à boca das escolas, é a melhor forma que encontrámos para referendar as nossas propostas, para cimentar as nossas ideias, para que não restem dúvidas de que somos a voz da juventude.

Mais uma vez os jovens Pombalenses puderam contar connosco para aqui defendermos intransigentemente os nossos e os seus interesses.

Contudo, e porque nos parece pertinente, não podemos deixar de elogiar o trabalho desenvolvido pela Autarquia no que respeita à reabilitação das margens do Arunca, obra que agora se encontra numa fase final e onde já são bem visíveis as melhorias ali efetuadas. Desde já os nossos parabéns por essa obra.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Fernando Carolino, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Uma vida sem objectivos será uma vida sem sentido, e para fazer sentido, o Partido Socialista no passado lançou mãos a políticas públicas, como por exemplo, as novas oportunidades. Visava elevar níveis de qualificação dos portugueses e essas medidas então tomadas no âmbito da educação e da formação de adultos, foram reconhecidas e interna e externamente aplaudidas. Agora, o atual governo desvaloriza, ignora e descredibiliza o esforço e dedicação de quantos a elas aderiram e vai desmantelar o programa, encerrar indiscriminadamente, Centros de Novas Oportunidades como aquele que existe a funcionar na Escola Secundaria de Pombal.

Questiono: Senhor Presidente da Câmara, será o Centro de Novas Oportunidades da Escola Secundária de Pombal essencial, para manter com não? Sendo importante, qual é a posição que a Câmara Municipal de Pombal vai ter neste aspeto? E a última questão que lhe coloco e se souber e puder responder é depois de 31 de março como é que vão ficar os compromissos assumidos quer com os formandos quer com os formadores.”

Pedro Murtinho, cuja intervenção se segue:

“Hoje trago aqui 3 temas que considero importantes para o nosso concelho. Acontecimentos que e só elevam o nome do Concelho de Pombal além fronteiras.

Começo por vos falar das “7 Maravilhas - Praias de Portugal”.

A apresentação das 70 praias pré-finalistas na eleição das 7 Maravilhas – Praias de Portugal, teve lugar na passada 2ª feira no Hotel Vila Galé Ópera, em Lisboa. Para chegar a esta lista de pré-finalistas, isto é, as 10 melhores praias por cada uma das 7 categorias, as 294 praias nomeadas foram votadas por um painel de 70 especialistas, indicado pelo conselho científico do projeto.

Estas 70 praias representam o que o país tem de melhor, de norte a sul, do interior ao litoral.

Caros colegas, a nossa praia, a Praia do Osso da Baleia está entre as 70 finalistas, motivo para muita satisfação e orgulho da nossa parte. A Praia do Osso da Baleia figura na categoria Praias de Dunas e compete por um lugar, de entre as três finalistas nesta categoria, com as praias da Ilha do Pessegueiro, em Sines; a Praia da Amoreira, em Alzejur; a Praia da Bordeira em Alzejur, a Praia da Comporta, em Grândola; a Praia da Ilha, em Tavira; a Praia de São Jacinto, em Aveiro; a Praia do Carvalhal, em Grândola; a Praia do Guincho, em Cascais; e a Praia do Porto Santo, na Madeira. Como vêem a concorrência é forte.

Este resultado vem mais uma vez premiar o excelente trabalho que o nosso município tem desenvolvido nesta área, não só com os equipamentos que coloca ao dispor dos banhistas, mas também pelos excelentes acessos, nomeadamente com a construção da Estrada Atlântica ou com a construção do futuro parque de campismo ecológico.

Para além destes fatores, para esta decisão muito contribuiu, certamente, a beleza natural desta praia que se mantém praticamente inalterada. Podemos correr o nosso país de norte a sul, mas será seguramente difícil encontrar outra praia com tamanha beleza, onde a construção ainda é uma nulidade.

Estou certo que este prémio será importante para a identidade e desenvolvimento económico do nosso concelho, contribuindo também para continuar a reunir esforços para a preservação deste importante património do nosso Concelho.

É certo que ainda não estamos perante as 21 finalistas, mas este projeto e esta seleção já vai permitir um olhar mais atento sobre a nossa praia e sobre o nosso Concelho e é representativa do excecional património balnear que temos bem próximo de nós.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Apesar de ser ainda muito cedo, já é uma vitória para Pombal, ter a praia do Osso da Baleia entre as melhores, coisa que só 7 praias do nosso distrito conseguiram.

A “short list” das 21 Finalistas será agora selecionada por um painel de 21 personalidades notáveis, de vários quadrantes da sociedade portuguesa, e revelada a 7 de maio de 2012, data em que se inicia a votação pública. Vamos acreditar que lá estaremos.

Falo-vos também do Museu Marquês de Pombal. O Museu Marquês de Pombal: “De cadeia a museu” é um dos dez projetos selecionados para a categoria «Património Tangível (imóvel), no âmbito do Prémio Acueducto – Segóvia, lançado pelo Turismo de Segovia, em Espanha.

Este prémio destina-se a reconhecer a iniciativa, originalidade e boas práticas de turismo e património em projetos desenvolvidos por municípios, empresas municipais, empresas e agentes turísticos, associações de património histórico e cultural e outros organismos e entidades públicos ou privadas de Espanha e de toda a Europa e pretende destacar aqueles que melhor recuperaram os seus recursos patrimoniais para fins turísticos.

A candidatura apresentada pelo Município de Pombal, procurou evidenciar a requalificação e reabilitação do edifício da antiga Cadeia Velha transformando-o no único museu monográfico do país dedicado a Sebastião José de Carvalho e Mello.

Este é apenas mais um exemplo, das boas práticas do nosso Município e evidencia a forma como este protege o nosso património.

O projeto do Museu Marquês de Pombal, “De cadeia a museu”, será apresentado na final internacional daquele prémio, que se realizará nos dias 23 e 24 de março em Segovia.

Mesmo antes de saber se o nosso Município de Pombal levará a melhor neste concurso, endereço desde já os meus parabéns ao executivo por mais este feito que muito ajuda na divulgação do nosso concelho além fronteiras.

E para terminar, quero aqui deixar uma mensagem para uma iniciativa que já começou em Pombal: «Um dia pela Vida».

Mudar a atitude da comunidade face à doença oncológica, educar e informar, e angariar fundos para os programas de prevenção e atividades da Liga Portuguesa Contra o Cancro, são alguns dos objetivos da iniciativa «Um dia pela vida» que irá decorrer em Pombal até 26 de maio próximo. No passado sábado, aqui ao lado na nossa biblioteca, foi dado o pontapé de partida para aquela iniciativa, caracterizada por uma forte componente de intervenção comunitária e com o forte apoio de uma comissão local.

O projeto visa mobilizar voluntários das 17 freguesias do nosso Concelho a constituição de equipas que vão dinamizar ações de educação para a saúde e angariação de fundos.

A comissão local tem como objetivo atingir as 100 equipas no concelho, o que representa pelo menos, 100 atividades de sensibilização e 100 ações de angariação de fundos.

O desafio está agora também em cada um de nós e em especial nos Senhores Presidentes de Junta para a mobilização geral de toda a comunidade, a favor de uma causa muito justa.

Para o cancro não vencer, vamos todos apoiar esta causa.”

Fernando Matias, cuja intervenção se transcreve:

“Desejo, em nome da freguesia de Almagreira, agradecer ao Executivo da Câmara Municipal de Pombal o facto de ter aprovado por unanimidade a proposta de homenagear o nosso amigo e colega José Rodrigues da Silva decidindo dar o seu nome ao edifício onde irá funcionar a extensão de saúde de Almagreira, entendemos que é justo e justificado este reconhecimento público.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O professor José Rodrigues da Silva consagrou muitos anos da sua vida à causa público bateu-se com muito empenho e tenacidade para conseguir para os utentes e funcionários dos cuidados primários melhores condições de atendimento e trabalho. Estabeleceu contactos ao mais alto nível procurou sensibilizar através da imprensa nomeadamente a televisão a tutela e felizmente deixou prematuramente o nosso convívio sem a realização deste seu grande sonho, servir dignamente os almagreirenses em matéria de saúde. O José Silva como gostava de ser tratado, é homem de referência pelo seu altruísmo. Pela sua memória e pelo nome que o tempo nunca irá apagar, o nosso muito obrigado.

Aproveito também este momento para convidar todos os presentes a estarem na inauguração deste edifício que aqui, mais uma vez, mostra que o nosso município é transversal no apoio e desenvolvimento do nosso concelho, inclusivamente, investindo em áreas em que a tutela olha para o lado e o município está presente e responde criando condições dignas para que a saúde em Pombal tenha futuro.”

Rodrigues Marques, cuja intervenção se transcreve:

“Senhor Presidente eu solicitei lhe a palavra para fazer homenagem a um homem que foi presidente da junta da freguesia de Abiul, o Senhor Alberto Gomes da Silva, que o 25 de abril encontrou como Presidente de Junta e que fez por Abiul aquilo que muita gente continua a fazer mas que tem um trabalho muito desenvolvido - eu não sei se o Dr. João Coucelo ou o Sr. Américo Ferreira estiveram connosco nas assembleias municipais, eu enquanto membro da assembleia municipal e o Américo enquanto presidente da Junta de Freguesia das Meirinhas. O Sr. Alberto Silva foi um homem que se dedicou a Abiul, particularmente à praça de touros, em que iniciou uma transformação de uma praça de touros que era construída em madeira para aquilo que é hoje, depois muitos melhoramentos, obviamente, e já no tempo do António Carrasqueira é totalmente feito em alvenaria.

Eu gostava que ficasse o registo do falecimento do Senhor Alberto da Silva que foi a enterrar no seu jazigo, no cemitério de Abiul, no dia 21 de fevereiro deste ano.

Senhor presidente, com a sua benevolência, colocava duas questões relativamente a 2 outras que aqui foram referidas.

O nosso companheiro Tiago Galvão falou sobre a proposta de Lei da Revisão Autárquica que é um bom tema para nós fazermos um debate só que não é hoje, uma vez que, como o companheiro Tiago Galvão sabe, só amanhã é que a lei vai ser discutida na Assembleia da República e não sabemos, ninguém sabe neste momento, como é que as coisas vão correr, se a lei vai cair, se vai ser alterada, portanto neste momento é prematuro nós estarmos a falar sobre isso. Obviamente que teremos que assumir essa discussão, esse debate quando as coisas estiverem claras.

Senhor vereador Adelino Mendes, quando eu estou a falar gostava que os outros estivessem calados, porque eu também tenho estado.

O nosso companheiro João Coelho fez uma elencagem de algumas coisas mas esqueceu-se de um pormenor, é que o Eng. Narciso Mota é um fazedor e faz, portanto não consigo perceber como é que não se lhe reconhece a sua veia de fazedor, penso que o Partido Socialista esteve muito mal nesta intervenção fez, porque nós não devemos ser ciclopes, devemos ter os 2 olhos muito bem abertinhos, amigo e companheiro João Coelho, e portanto, ou nós fazemos críticas com os dois olhos abertos, ou tipo ciclopes, não vamos a lado nenhum.

O Dr. Fernando Carolino referiu-se aos CNO's, amigo e companheiro Fernando Carolino, vamos ver em Agosto, até lá, um abraço.”

Joaquim Branco, que fez a intervenção abaixo:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Trinta e oito anos de democracia, fazem-me pensar em quem é o responsável por 3 intervenções do FMI em Portugal.

Gostaria de elogiar o governo por não ter decretado o dia de Carnaval como feriado.

Lamento a intervenção do Otelo Saraiva de Carvalho que falou que isto só iria com um golpe de estado e não houve ninguém, nomeadamente da Procuradoria da República, que o acusasse de um crime de traição à pátria que o levasse a Tribunal, quando vemos no “Correio da Manhã” que um desempregado, um vadio, por roubar um pacote de bolachas num supermercado, vai a tribunal.

O Carnaval continuou durante 28 anos. Foram subsídios atrás de subsídios, quem foram os responsáveis? Ninguém fala.

Falou-se aqui das Novas Oportunidades, eu gostava de dizer que, há 30 anos, 90% dos alunos chumbavam na quarta classe.

Recentemente dava-se o 12º ano a quem não sabia escrever nem ler. Havia universidades privadas onde se davam dezasseis, dezoitos e dezanoves e há um primeiro-ministro que tirou menos de três numa Universidade, se inscreveu noutra e tirou dezasseis, dezassetes e dezoitos, e ninguém sabe como é que a frequentou e eu vi as pautas nessa Universidade.

Este é um elogio que faço a este governo pelo fim das novas oportunidades.

O carnaval continua, é assim, nós discutimos nesta Assembleia o turismo, a formação, os parques verdes, os elefantes brancos, a cultura, mas, diariamente, estão a sair pessoas das aldeias. Há pessoas, que já vieram de outros países, há 30 anos, e que estão a voltar para países estrangeiros. É de repensar se as atribuições das autarquias não serão mais viradas para dar condições para produzir.

Em breve seremos um Concelho de velhos e coxos como nos anos 60. Há uma freguesia onde vamos e não vemos nenhuma pessoa jovem, ou é estudante forçado porque tem que ter o 12º ano, ou emigrou, as pessoas emigram. Se falarmos em Carnide, por exemplo, 90% das empresas estão em França ou estão em Espanha. Se falarmos das Meirinhas, há quem diga que metade das Meirinhas está no Canadá, consultem a SATA, consultem a TRANSAT e vejam a emigração que existe.

Acham que são os parques verdes, estamos aqui a discutir como quando foi o 25 de Abril, estamos a discutir as dimensões dos biquinis onde há problemas mais graves. É necessário um esforço por parte do Município para dar trabalho a particulares, em cada aldeia, em cada freguesia.

O Lula tem uma emulação no Brasil: Há uma escola, coloca lá uma funcionária, quem dá alimento a essa escola são os produtores locais, os agricultores é que fornecem essa escola, não há importação, não há nada de fora, não vem nada de outro Concelho.

Para reparação de uma escola, se há trabalhadores, se há pedreiros naquela freguesia, naquela aldeia, porque é que não são aquelas pessoas a fazer as reparações?

Nós não somos produtivos, nós já não fazemos um motor de explosão, tínhamos o CASAL, não temos nada. Nós já importamos tudo, em termos de maquinaria, nós devemos ser o único país da Europa que não faz um motor de explosão, nós não somos produtivos, nós destruímos a CUF, nós destruímos siderurgia nacional, nós destruímos a agricultura. Isto é uma revolta profunda que eu tenho, eu vejo e conheço países, nomeadamente o Canadá, onde os produtos agrícolas são muito mais baratos que em Portugal e não há um palmo de terra por cultivar.

Queria terminar com uma dedução lógica. Por mais intervenções que se façam nesta assembleia, de não fez isto, das novas oportunidades, facilitismo, diplomas e canudos como os que nós recebemos aqui, de pessoas que vinham dos países de leste, isto não vai a lado nenhum nem resolve nada.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Sobre o Eng. Narciso Mota, eu assumo a responsabilidades, já escrevi que, em mil anos de história, foi quem mais fez no Concelho.

Por vezes, como a intervenção é teórica e não é acompanhada de elementos básicos, é demagógica.

Eu gostaria que fizesse uma intervenção em que comparasse esta com a gestão que foi feita pelo seu Partido, em termos de tempo, em termos de gestão e em termos de pagamentos a fornecedores, em que classificação está o Município de Pombal e esteve com Narciso Mota e está, neste momento, com Narciso Mota.”

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu como se segue:

“Permitam-me que vos diga que me sinto orgulhoso, grato e até satisfeito por ter tido a oportunidade de conviver convosco, em termos democráticos, de há 18 anos, quase 19, a esta parte, com 5 eleições consecutivas e com 5 maiorias absolutas.

Tendo os anos que tenho, graças a Deus tenho tido saúde e tenho tido capacidade de trabalho para liderar este Executivo e quase 500 quadros de pessoal.

Sinto-me orgulhoso daquilo que foi a estratégia nos últimos 18 anos em termos de desenvolvimento para o nosso concelho. É evidente que ninguém faz milagres, mas nós somos uma Câmara de referência regional e nacional que se pauta pela objetividade, pela responsabilidade, por projetar, realizar e pagar e por não deixar hipotecadas as novas gerações, por qualquer coisa que tenha sido feita menos bem e que possa afetar a situação financeira deste Município.

Não temos a dívida que muitos concelhos têm e se os Senhores deputados verificarem a página 59 da informação que trimestralmente é prestada, chegam à conclusão que quando iniciámos funções tínhamos um património e agora temos um património substancial que todos os presidentes de Junta conhecem, com investimentos em todas as áreas das 17 Freguesias, sem excepção.

Temos uma dívida pouco superior àquela que tínhamos há 19 anos atrás. Temos uma dívida consolidada, de curto e longo prazo, de nove milhões e quinhentos e vinte e sete mil euros, com um milhão oitocentos e quarenta e oito euros, na de curto prazo e sete milhões seiscentos e setenta euros, na de médio prazo.

Há Concelhos que estão integrados na SIMLIS e que não têm capacidade de pagar a taxa de saneamento das ETAR's que lá estão construídas e nós temos dimensão, temos massa crítica, mas tivemos, acima de tudo, conhecimento técnico e estratégia.

Nós temos esta gestão, porque em 1994 fomos buscar quinhentos mil contos à banca para pagar a fornecedores e empreiteiros e pagar um empréstimo que tinha juros muito piores que os que conseguimos.

Nós temos esta gestão porque passou a haver a preocupação de mandar projetar, mandar realizar com a preocupação de pagar, porque a Câmara, quando vim para aqui, basta ler as atas, devia à banca mais de um milhão e quatrocentos mil contos.

Não temos água para pagar às Águas de Portugal ou às Águas do Mondego, como muitos Concelhos de Portugal têm, basta ver as notícias, se o tivéssemos feito também tínhamos contribuído para a situação de gestão danosa que colocou o nosso país quase a cair no abismo e na falência, com a presença da troika a impor as regras de gestão neste nosso país à beira mar plantado.

Estamos todos a pagar a fatura e quando estamos a querer inverter a situação, a fazer diferente mas melhor, e não a fazer diferente por ser diferente, aqui d'El Rei que estamos a estagnar a economia.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Como o Senhor Dr. Joaquim Branco disse, e muito bem, deram-se subsídios às quantidades de terras mas não se deram subsídios à quantidade da produção para importarmos menos, importamos 80% daquilo que comemos.

Fizemos obras por parcerias público-privadas, a pagar em 40 anos, são os meus filhos e os meus netos que ainda as vão pagar. Era melhor não terem sido feitas. Fizeram-se projetos de TJV, projetos do aeroporto, e outras coisas mais, sem o mínimo conhecimento, devia responsabilizar-se quem fez essa gestão, quem praticou essas ações políticas, indo até ao fundo da questão.

Porque é que não se deixou ir à falência o BPN, se pagou, e se continua a pagar?

Porque é que alguns políticos enriquecem em pouco tempo e esse enriquecimento não está em sintonia com o vencimento que têm?

Senhor Deputado Dr. Pedro Santos, a Região de Turismo Leiria Fátima já propôs à Senhora Secretária de Estado receber parte da Região de Turismo dos Templários e do Este tornando-se uma Região de Turismo com mais massa crítica, porque aquilo que se perspectiva é criar 5 Regiões Turísticas interligadas à CCDR.

Quando os partidos políticos vão para o poder e querem fazer diferente, mas para pior, leva-nos àquilo a que chegámos, que é à rutura financeira, mas esta Câmara jamais poderá chegar à rutura, porque tem a responsabilidade de pagar a quem faz o trabalho.

As micro empresas, as pequenas empresas e os nossos fornecedores, como sabem que recebem o dinheiro e que o recebem em prazos normais, fazem preços competitivos, preços transparentes, preços honestos.

Como politicamente se diz, não é pelos impostos, não é o custo da água, não é o custo do saneamento, sabemos o que é que os outros Concelhos pagam e o que é que eles fazem também em relação ao IMI, ao IMT, etc, etc. Portanto, não é por aí.

Foi apresentada uma candidatura para a CIMU-SICÓ, depois foi reprovada, a obra já esteve concursada para ser adjudicada, o concorrente desistiu e agora teremos que abrir novo procedimento concursal.

O QREN está agora a ser utilizado, mas por má governação, por falta de competência, por burocratizar ainda mais, tem dois anos de atraso, os Municípios portugueses e o próprio Estado, se calhar, não têm capacidade para fazer os investimentos.

Senhor deputado João Coelho, não deixe a sua paciência ter limites, porque se é assim na sua atividade política, que é tão curta, o que será quando chegar à minha idade. Se, de facto, tem a sua paciência limitada abraça a sua causa profissional de professor, muito digna, como eu abracei a minha, sem qualquer rodeio, e vamos ser diferentes pela positiva.

Quando se sabe que só tínhamos praticamente este edifício e que fizemos aquilo que fizemos, desde o Teatro Cine, à Biblioteca, ao edifício Manuel Henriques que estava condenado a ser demolido, ao edifício dos Serviços Técnicos, às Piscinas Cobertas, à aquisição de prédios.

Falou no Centro Associativo, tínhamos essa perspectiva, mas nada é estático e já o entregámos à Santa Casa da Misericórdia, mas temos um edifício com quatro pisos que vamos recuperar neste ou no próximo ano, temos outros dois edifícios em construção no Largo de S. Sebastião, o Centro de Negócios também vai entrar em fase em construção, temos o da Rua do Cais, temos o Arquivo Municipal, temos as Escolas e mais de sete milhões de euros de terrenos adquiridos nestes 18 anos, e ainda assim a nossa Câmara não está falida.

Quando se fala na política de subsídios, é pura demagogia, fazem-se obras que contribuem para o desenvolvimento cultural, social, desportivo, de valor muito superior aos atribuídos e aqui aprovados por unanimidade. São obras que ficam lá para a história. Refere o Presidente da



MUNICÍPIO DE POMBAL

Câmara, ainda bem que há Presidentes de Câmara com determinação, com objetividade e conhecimento, para fazer aquilo que os pombalenses, neste caso, anseiam que se faça.

Dr. João Coelho, já construímos nove pólos educativos, temos 2 projetos aprovados pela Direcção Regional da Educação do Centro e estamos a aguardar para ver se há QREN ou não, porque temos muitas obras para fazer.

Deixemo-nos de demagogias e vamos ser autênticos, vamos falar com verdade.

Dra. Edite, relativamente às avaliações, já está nomeada uma equipa de pessoas especializadas para o efeito, já se está a trabalhar em sintonia com a Repartição de Finanças. Houve necessidade de fazer uma certa aferição para que nada seja avaliado por valor superior, mas por 80% do valor real da transação, apesar de, infelizmente, o valor das transações vir a diminuir em termos patrimoniais, e poucas se fizerem tendo em conta o estado económico a que chegou o país. Os Partidos Políticos têm que ter outra postura, outra objetividade, e responsabilizar quem faz gestão danosa e quem enriquece à custa do erário público. Há algumas autarquias que também praticam essa gestão de “república das bananas”, por isso é que não pagam água, por isso é que as dívidas das autarquias estão como estão, e “paga o justo pelo pecador”, nesta reforma que se está a fazer.

Precisamos muito de trabalhar, precisamos muito de poupar, mas precisamos de ouvir palavras de criatividade, de sensibilidade, precisamos de nos relacionar cada vez melhor, de eliminar a crise financeira que nos bateu à porta e de fazer com que os nossos filhos e os nossos netos não tenham um futuro duvidoso, como têm muitos que já estão no desemprego graças às más políticas administrativas do Estado, e também de algumas autarquias que gastaram dinheiro em equipamentos sobredimensionados e que estão fechados, por falta de verbas para os pôr a funcionar.

Nós, em Pombal, tudo o que fizemos está a ser utilizado, está a ser usufruído, a ser qualificado e continuará a sê-lo durante muitas décadas, com políticas sérias, não com políticas demagógicas, políticas de inverdade e políticas de protagonismo, só para inglês ver. Os pombalenses já demonstraram que sabem aquilo que querem.”

Fernando Carolino pediu a palavra para dizer o seguinte:

“Senhor Presidente, coloquei 3 questões ao nosso Presidente de Câmara a que ele não respondeu. Possivelmente na explanação que fez, ter-lhe-á passado essa situação.”

O Senhor Presidente da Assembleia deu de novo a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu o seguinte:

“Senhor deputado, sobre as novas oportunidades, há 2 candidaturas aprovadas, para o nosso Concelho. Devo dizer que assisti ao trabalho de qualidade que o ensino recorrente fez neste nosso Concelho, eliminando o analfabetismo ou reduzindo-o significativamente, a nível do ensino básico.

Nós temo-nos preocupado muito com estatísticas, mas a nossa formação não tem sido criteriosa. Se a nossa escola seguir outro caminho, a nível da educação, que seja para melhor, para maior benefício de todos nós, em termos de educação e formação, porque se eu tivesse continuado com o ensino recorrente, o nosso Concelho estava pior para a estatística mas, se calhar, estava mais bem preparado.

Nas aldeias, as pessoas com 60, 70 anos, trabalhavam na agricultura durante o dia e à noite aprendiam, tinham duas ou três professoras.

Nas Novas Oportunidades, muitas vezes, não são os alunos que fazem os trabalhos, são os filhos, são os familiares, a estatística não corresponde à realidade da formação e da educação que se dá,



MUNICÍPIO DE POMBAL

portanto há que corrigir, há que aperfeiçoar, há que melhorar e há que otimizar todos os domínios, para o bem geral.”

Nesta altura o **Senhor Presidente da Assembleia** informou haver necessidade de apreciação de mais 2 pontos, cuja inclusão nos trabalhos colocou à votação da Assembleia.

Aprovado o aditamento à Ordem de Trabalhos, a mesma ficou como se segue:

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior;

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade;

Ponto 2 - Período da Ordem do Dia:

Ponto 2.1 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Ponto 2.2 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Abertura de Procedimentos concursais;

Ponto 2.3 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Proposta de Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Cultural.

Ponto 2.4 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Declaração de Interesse Municipal do Centro de Meios Aéreos/Pista de Ultraleves.

Ponto 2.5 - Apresentação de discussão e votação da proposta da Câmara sobre Prestação de Serviços de Seguros – Pedido de autorização nos termos do n.º 6 conjugado com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto Lei n.º 197/99 de 8 de junho.

Ponto 2.1 - Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes, chamando a atenção para a pagina 59 sobre a responsabilidade financeira e a capacidade de realização da Câmara, não hipotecando o futuro mas fazendo obras com a preocupação de as pagar, para que, chegado o final do presente mandato, quem for eleito democraticamente tenha uma Câmara com uma situação financeira invejável e com condições continuar a competir e a fazer obras.

Colocada a informação do Presidente da Câmara a discussão não se verificou qualquer inscrição, passando-se, de imediato, ao ponto seguinte.

Ponto 2.2 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Abertura de Procedimentos concursais.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia, para quaisquer esclarecimentos.

Colocado este ponto a discussão, inscreveu-se o seguinte membro:

João Coelho, cuja intervenção se segue:

“Muito rapidamente, reiterar as palavras da última Assembleia Municipal, de apoio na gestão que a Câmara tem feito nos concursos para ocupação de lugares nos seus quadros, tendo em conta o facto dessas necessidades estarem devidamente justificadas.

A nossa posição na Vereação do Partido Socialista foi de apoio a esta proposta e portanto, neste momento, o nosso voto não podia ser de outra forma a não ser a favor, portanto, fica aqui de registado que o Partido Socialista, quando entende que há uma necessidade efetiva de apoio, cá está, aliás, também na última Assembleia, de alguma forma, deu apoio político com a abstenção em relação ao Orçamento, portanto, algumas das obras que dizem que nós criticamos acabam por estar afirmadas com a nossa ação e com o nosso sentido de voto aqui neste órgão.

Reiterar ainda as palavras tidas na última assembleia municipal em relação à nossa vontade, à nossa disponibilidade para acompanhar os procedimentos concursais, para evitar algumas das dúvidas que têm sido aqui explanadas da nossa parte, e tem corrido por entre os pombalenses, em relação à forma e às coincidências temporais e de forma, que residem por vezes nestes concursos.

O Partido Socialista, mais uma vez, acaba por se disponibilizar para ser um parceiro na melhor gestão autárquica. Penso que isso será reconhecido, certamente, pelo Senhor Presidente da Câmara.”

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.3 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Proposta de Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Cultural.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia, para quaisquer esclarecimentos.

Informou ainda terem sido assinados, na última reunião de Câmara, acordos de colaboração para apoio à prática desportiva, com base num Regulamento aprovado pela Câmara e pela Assembleia e que tem vindo a ser melhorado de mandato a mandato.

Colocado este ponto a discussão, inscreveram-se os seguintes membros:

João Coelho, cuja intervenção se segue:

“O meu companheiro Fernando Silva, de alguma forma, já fez a defesa do Regulamento de atribuição de subsídios a coletividades que o Senhor Presidente, com alguma surpresa da minha parte, acabou por confundir com o Regulamento de atribuição de subsídios ao desporto.

Na minha atividade política em Pombal, o Partido Socialista sempre se pautou pela defesa da existência deste Regulamento.

Também é com estranheza que eu registo que o Senhor Presidente da Câmara ignora o facto de ele só existir por uma imposição externa, mas a presença da IGAL aqui, na Câmara de Pombal,



MUNICÍPIO DE POMBAL

tida por um fenómeno, por um episódio que o Senhor Presidente da Câmara também não gosta de lembrar e que tem responsabilidade, que foi a questão do desvio de dinheiro.

Feita a história muito rápida de como surgiu este Regulamento, o Partido Socialista, já na Vereação, mostrou a sua aprovação em relação à existência do Regulamento, nós saudamos acima de tudo a sua existência. Não nos cabe, neste momento, discutir qualquer alteração ao seu teor, ou qualquer proposta de fundo em relação ao mesmo, só queremos transmitir, antes de mais, o nosso apreço pelo facto de ele existir, lamentarmos todos os anos que tivemos de vir até aqui com bastante dificuldade, com o tal olho ciclópico referido pelo Eng.º Rodrigues Marques, que só consegue ver o lado bom da decisão da Câmara, quando nós temos obrigação de registar também os erros efetivamente ocorridos aqui, na Câmara Municipal. Nós já retirámos a nossa pala há muito tempo.

Nós, na Câmara Municipal, na discussão do Orçamento já nos abstivemos aprovando algumas das obras que estão, neste momento, projetadas, e aqui, estamos a relatar também, com orgulho, o facto de hoje termos o Regulamento.

Por nossa insistência não terá sido, mas, enfim, pelo menos existe.

Este Regulamento impede que haja um critério discricionário, e registo novamente esta expressão, porque já a disse há pouco, na minha intervenção antes da ordem do dia. Havia um critério efetivamente discricionário, testemunhei isso variadíssimas vezes.

Se pedissem aos Senhores Vereadores, muitas vezes, para explicar o porquê de determinada Associação ter determinados subsídios em relação a outra, não conseguiam fazê-lo, pelo tal silêncio cúmplice que também há bocado reportei.

Portanto, registo com agrado a existência do Regulamento, só espero é que ele seja efetivamente cumprido. Este é o meu desejo final. O desejo da Bancada do Partido Socialista é que isto represente uma mudança de atitude também na Cultura, em Pombal.

Neste momento, estamos perante um desafio às Associações para promoverem atividade efetiva e demonstrá-la, para poderem continuar a receber subsídios e isso é realmente, uma diferença, porque o que existia antes era tratar todos por igual, os que trabalhavam e os que não trabalhavam, ou então, por critérios que só o Senhor Presidente da Câmara poderá testemunhar.

Neste momento, a alteração está no papel, podíamos discutir politicamente, aqui, se a Associação A, B ou C merecia mais ou não, neste momento está no papel e isso é indubitável, portanto, louvamos esse facto e desejamos que, para o futuro, isto represente uma mudança efetiva no funcionamento da atribuição de subsídios.”

Fernando Carolino, cuja intervenção se segue:

“Efetivamente, eu tenho que saudar, e faço palavras minhas aquelas que o meu camarada João André Coelho, aqui expressou, mas eu tenho que reportar-me à última Assembleia, nomeadamente, à ata da última Assembleia, e, com a devida vénia do nosso membro deste Assembleia, o Eng.º Rodrigues Marques, que dizia, a determinada altura que, eu próprio, tinha colocado “uma questão de fundo que nada tem a ver com a competência da Assembleia Municipal, nós apenas podemos aprovar ou reprovar. Era bom que na reforma da Lei Autárquica a Assembleia pudesse fazer aquilo que fez que foi dar contributos, ou pelo menos colocar a discussão algum tipo de alteração, portanto, esta é uma questão de fundo sobre as competências da Assembleia Municipal.”

Isto tudo porquê? Porque, efetivamente, este Regulamento, na minha modesta opinião, enferma de algumas imprecisões e, imediatamente, eu coloco-a no Artigo 2.º do Capítulo 1, no n.º 2 da alínea



MUNICÍPIO DE POMBAL

h) onde se refere: “ outras entidades, cujas atividades evidenciem interesse cultural.” Este é um chapéu-de-chuva imenso, para cobrir o que é que quer que seja. É a minha modesta opinião. Mais tarde, no Capítulo 4 - Fiscalização e incumprimento, Artigo 14.º - Controlo de aplicação dos apoios financeiros, n.º 1, onde está estatuído que: “ A concessão de apoios financeiros obriga à aceitação pelas entidades apoiadas do exercício dos poderes de fiscalização do Município, destinados a controlar a correta aplicação dos montantes atribuídos.

As questões que eu coloco são:

- *Como é que se fazem estes poderes de fiscalização?*
- *Em que moldes é que eles vão ser feitos?*
- *Baseados em quê?*
- *Será o Vereador do Pelouro?*
- *Será um qualquer Departamento da Câmara Municipal?*

É só um contribuinte, a Assembleia Municipal vai aprovar, com toda a certeza, não duvido, este Regulamento, com toda a certeza que não vamos colocar nenhum entrave a que ele possa funcionar, até porque lutámos muito por ele e, finalmente, ele existe, mas esperamos, e já aqui foi referido, quer Charles de Gaulle, quer Martin Luther King, e eu agora refiro John Fitzgerald Kennedy, que dizia: “Não perguntem o que é que o meu País pode fazer por mim?” – neste caso o meu Concelho – Eu pergunto é o que é que eu posso fazer por este meu Concelho?

Efetivamente, quem for contemplado por este Regulamento, quem estiver abrangido por este Regulamento, que na sua generalidade é um Regulamento de trabalho, que permite que as pessoas possam ter acesso à ajuda, que eu acho que a Câmara Municipal deve dar, mas é preciso que quem esteja nessas Associações, nessas Entidades, nesses pólos culturais, nesse desenvolvimento que todos nós granjeamos e procuramos engrandecer no Concelho de Pombal, também se questione a si próprio, se deve só estar de mão estendida à espera que a Câmara, seja esta ou outra qualquer, lhe entregue o subsidiozinho, ou se deve também procurar a participação necessária para dar, digamos assim, o impulso necessário para que a obra que foi projetada, que Deus pode permitir e que o homem sonhou, possa ser concretizada.

Eu terminava com aquela velha parábola ou adágio, o que lhe quiserem chamar, em que o pai ensinava o filho a pescar e, um dia, deixou de o ensinar, deu-lhe a cana e disse-lhe: já te ensinei a pescar agora é a tua vez de o saberes fazer.”

Jorge Cordeiro, que fez a intervenção abaixo:

“Creio que o pai primeiro dava o peixe ao filho, depois é que o ensinou a pescar.

Eu ia para atribuir erradamente a John Fitzgerald Kennedy a frase “I have a dream” e ela é de Martin Luther King. Kennedy disse muitas coisas e também ele tinha um sonho, disse que até ao final da década de 60, a América queria colocar um homem na Lua. Eu não espero, naturalmente, que esta Câmara tente colocar um homem na Lua até ao final da década, mas que continue a governar como sempre fez, com os pés bem assentes na terra, porque é isso que nos permite, efetivamente, ter a estrutura que hoje temos.

Sobre este Regulamento, eu também estou contente por estar no papel, estamos todos, aqui encontram-se algumas regras de gestão, do planeamento, da organização, da liderança, eventualmente do controlo, mas eu ia por outro caminho, o do reconhecimento, independentemente de tudo, da vida que as Associações deram às aldeias mais remotas deste Concelho, que é um Concelho muito heterogéneo, e esta Câmara nunca fechou a porta a ninguém, se isso é ter falta de critério na atribuição de subsídios, então eu digo que isso sempre foi pensar primeiro nas pessoas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Se pudermos sistematizar isso por este Regulamento que vamos votar, tanto melhor, mas não podemos esquecer o trabalho das Associações, das pessoas, com sacrifício pessoal, mas também do papel que a Câmara teve ao estar sempre ao lado dessas iniciativas que deram vida a este Concelho, que é o Concelho de que todos gostamos.”

Joaquim Branco, cuja intervenção se transcreve:

“Falou-se aqui de autores americanos. Eu gostaria de citar Estrabão que citou um grande português, que foi Viriato, “A minha pátria é a minha aldeia” e durante 2000 anos de história o que nós tivemos foi aldeias a fomentar Portugal, e as aldeias fizeram Pombal.

Eu concordo perfeitamente com este Regulamento, em termos jurídicos, não ser muito preciso, porque as entidades, as comissões, ou associações com personalidade jurídica, deverão ser analisadas, caso a caso.

Inicialmente estava para sugerir que fosse entendido, no Artigo 4.º, a eventual isenção do IMI às Associações, mas reparei que é necessária alguma discricionariedade, como refere o Artigo 16.º.

Essas questões vão aparecer agora, em 2013, com as novas avaliações. As Associações têm barracões muito amplos, e será necessário analisar caso a caso e não na generalidade, uma eventual isenção desse Imposto, que é o IMI.”

Rodrigues Marques, que fez a intervenção abaixo:

“Senhor Presidente, eu pedi a palavra só para que fique registado que a questão que o Senhor Dr. Fernando Carolino colocou, e que o Dr. Joaquim Branco também aflorou, do Regulamento ser demasiado lato.

Eu gostava que ficasse registado que quem tem a competência para atribuir os subsídios é a Câmara Municipal, que, por enquanto, ainda é composta por dois Partidos Políticos, aqui, em Pombal.

Portanto, penso que os medos que o Dr. Fernando Carolino referiu, de discricionariedade relativamente à aplicação do Regulamento pelas várias solicitações que possam advir, não tem cabimento porque isso é da competência do executivo camarário.”

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os seguintes esclarecimentos:

“Referi-me ao Regulamento que foi criado no tempo em que o Sr. Fernando Silva era Vereador, aperfeiçoado no tempo do Dr. João Coucelo como Vereador e no tempo do Dr. Fernando Parreira, regulamento que fomentou e dinamizou as atividades desportivas no Concelho, porque tem a ver com o número de atletas federados.

O Regulamento de Apoio ao Associativismo Cultural, vem trazer uma certa burocracia e uma prática que não era exigida às Associações Culturais, mas eu quero dizer, aqui, que em 18 anos nenhum Deputado da Assembleia Municipal, nenhum Presidente de Junta, nenhum Vereador, pôs em causa qualquer apoio ao Associativismo Cultural do nosso Concelho.

Foi uma recomendação que a Inspeção da IGAL nos fez, mas também não nos fez nenhuma advertência por aquilo que temos apoiado.

Ao nível dos Ranchos Folclóricos, apoiávamos os festivais de folclore, entendemos que se realizavam sem participação e que não era necessário impor a realização dos mesmos, uma vez que temos um Festival na nossa Cidade, integrado nas Festas do Bodo, mas sempre atribuímos aos 20 Ranchos Folclóricos, o subsídio de manutenção, diferenciado, conforme fossem federados ou não.

Em relação às Bandas Filarmónicas, as cinco filarmónicas que existem no Concelho, há 18 anos, não tinham sede, à exceção de Vermoil. Hoje, todas têm sedes condignas, começando pela da



MUNICÍPIO DE POMBAL

nossa Cidade. As filarmónicas sempre tiveram subsídios anuais, aprovados pelo Executivo, pagos em duas prestações.

A nossa Filarmónica assumiu um compromisso, foi colocar o Conservatório a funcionar, a Administração Central não cumpriu com aquilo que tinha prometido e a Câmara, para além desse subsídio dá-lhe mais € 50.000,00, depois vai-lhe dando para a manutenção, tudo para facilitar a vida aos homens e mulheres de boa vontade que abraçam a causa associativa, prejudicando a sua vida, profissional e familiar. Tenho muito respeito por essas pessoas e isto não traz nada de diferente daquilo que temos vindo a praticar.

Vou atribuir, com os meus colegas, os subsídios que entendermos dar, cumprindo o Regulamento, mas nem o vou ler, isto é burocracia, é um documento encomendado por uma inspeção, que não traz nada de novo porque já eram apresentados os documentos que aqui são referidos.

Que resultados práticos é que estão aqui, para além daquilo que fizemos, durante 18 anos?

Senhor Deputado, o Senhor chama para aqui que houve um desvio. Não houve um desvio, houve um roubo, e esse roubo está a seguir os trâmites judiciais normais, € 100.000,00 já estão aqui...”

Nesta altura, o membro da Assembleia, **João Coelho**, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara nos seguintes termos: “Com a sua conivência, com a sua conivência.”

Ato contínuo gerou-se alguma confusão, levando, inclusive, a que o membro Rodrigues Marques pedisse a João Coelho que se calasse, ao que este retorquiu: “Diga a verdade, diga a verdade”.

O Senhor Presidente da Câmara disse o seguinte:

“É má educação, má formação e mau espírito democrático, tem a paciência esgotada, não pode, não presta como político, tem que ir embora.”

O Senhor Presidente da Assembleia pôs termo à alteração apelando à calma e perguntando que Assembleia era esta, porque a Assembleia Municipal de Pombal não era isto, devolvendo a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que continuou a prestar os esclarecimentos relativos ao assunto em discussão, como se segue:

“Nós temos vindo a apoiar as escolas de música que têm vindo a evoluir, em termos de qualidade e em termos de conhecimento e de formação nestes últimos 18 anos, sem Regulamento, graças ao apoio da nossa Câmara que nunca foi contestado.

Os Grupos de Dança que estão agora a ser incentivados, através das Escolas de Música e das Filarmónicas, e muito bem, que sempre foram apoiados e vão continuar a sê-lo.

Este Regulamento não alterou nada, só burocratizou, só complicou, porque nós aprovávamos por proposta, no início do ano, um subsídio anual sem que fosse necessário solicitá-lo, e agora, para receberem o subsídio, têm que o pedir, individualmente.

As Escolas de Música têm vindo a evoluir, em termos de qualidade e em termos de conhecimento e formação, graças ao apoio da nossa Câmara.

Criámos um Grupo Coral no Dia do Município, - e já surgiram outros grupos corais nas Freguesias do Oeste, que nós apoiamos em igualdade de circunstâncias – que é o Grupo Marquês de Pombal, que surgiu e foi aqui apresentado por iniciativa e com o devido apoio deste Executivo. Apoiamos os Grupos de Teatro, só havia o Teatro Amador de Pombal, mas já surgiram outros.

Senhor Deputado, o Senhor tem que crescer e tem muito a aprender com o seu pai e com a sua mãezinha.”

Nesta altura o membro João Coelho abandonou a sala.

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta, para efeitos de imediata execução.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.4 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Declaração de Interesse Municipal do Centro de Meios Aéreos/Pista de Ultraleves.

Foi presente à sessão o pedido de Declaração de Interesse Municipal do Centro de Meios Aéreos/Pista de Ultraleves, conforme deliberação tomada em reunião de Câmara celebrada em 23 de Fevereiro, corrente, distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal, e cujo teor se transcreve:

“Ponto 18.0 – Declaração de Interesse Municipal do Centro de Meios Aéreos/Pista de Ultraleves.

Foi presente à reunião a informação n.º 000019/DUP/12, da Divisão de Urbanismo e Planeamento, que a seguir se transcreve:

*“ASSUNTO: Declaração de Interesse Municipal do Centro de Meios Aéreos/Pista de Ultraleves
A Câmara Municipal de Pombal na reunião ordinária realizada em 09 de junho de 2009, deliberou submeter a aprovação da Assembleia Municipal a Declaração de Interesse Público da construção do Centro de Meios Aéreos, tendo esta aprovado a referida Declaração na sessão ordinária celebrada em 26 de junho de 2009.*

No âmbito da instrução do processo de licenciamento da infraestrutura que acolhe o Centro de Meios Aéreos, foi instruído o processo de comunicação prévia nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN) estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, o qual, segundo comunicação da CCDRC, não tem enquadramento na legislação vigente como comunicação prévia, podendo a pretensão ser eventualmente enquadrável como ação de Relevante Interesse Público, nos termos do disposto no artigo 21.º daquele diploma.

Assim, têm vindo a ser encetadas diversas diligências no sentido de instruir o procedimento relativo a Ação de Relevante Interesse Público, de ocupação de áreas da Reserva Ecológica Nacional (REN), que seja suscetível de ser reconhecida como tal, por despacho conjunto do membro do Governo responsável pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território e do membro do Governo competente em razão da matéria.

Neste sentido, a Câmara já dispõe dos pareceres da ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil (Declaração emitida em 12/01/2011), que declara que a infraestrutura em causa fez parte integrante do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais em 2010, sendo expectável o seu contínuo uso em anos futuros; da ARH-Centro Administração da Região Hidrográfica do Centro (Of. N.º OF6415_2011/LFI, de 04/05/2011), que refere que em termos de domínio hídrico o projeto apresenta viabilidade; e do INAC- Instituto Nacional de Aviação Civil (Of. N.º 01/11-VCD/AS/PCD, de 06/01/2011 e Aprovação n.º 024 de 16/09/2011), que informa que o projeto reúne as condições necessárias para que a pista para ultraleves possa ser aprovada e respetiva aprovação da utilização da pista para aquele fim.

Para além dos pareceres mencionados, a instrução do processo carece, entre outros elementos, de ser instruído com a Declaração de Interesse Municipal emitida pela Assembleia Municipal.

Considerando que a infraestrutura que acolhe o Centro de Meios Aéreos se reveste de elevada importância à escala local e regional, pois, além de potenciar todas as atividades ligadas à aeronáutica assume especial importância quanto à minimização do risco de incêndio florestal, permitindo operações com qualquer tipo de aeronave utilizada no nosso



MUNICÍPIO DE POMBAL

país pelo Sistema de Combate a Incêndios Florestais, ou seja, aeronaves de asa móvel ou asa fixa, conforme se constatou no período crítico de incêndio florestal do ano de 2010.

E considerando que para minimizar os incêndios florestais, é fundamental dotar o território de um conjunto de infraestruturas de apoio ao seu combate, capaz de permitir quer a operacionalidade dos meios aéreos de combate a incêndios florestais, quer o acolhimento de outras entidades que integram o dispositivo operacional, como seja o Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS) da GNR.

Sugere-se que a Câmara delibere submeter a aprovação da Assembleia Municipal de Pombal a Declaração de Interesse Municipal da construção do Centro de Meios Aéreos/Pista de Ultraleves, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto.”

O Senhor Vereador Dr. Adelino Mendes disse o seguinte:

“Sobre esta questão gostaria de recordar que a pista do Casalinho começou como pista de aerodelismo, destinada à realização do campeonato europeu da modalidade e, mais tarde, atendendo à necessidade de licenciar a infraestruturas, cuja implantação colide com a Reserva Ecológica Nacional, foi requalificada para centro de meios aéreos.

Portanto, o centro de meios aéreos não nasceu de uma opção estratégica, foi apenas uma solução de recurso para o problema do licenciamento.

Considero que esta obra foi um mau investimento de dinheiros públicos. Como pista de aerodelismo foi sobredimensionada. O campeonato poderia ter sido realizado com uma pista muito mais pequena. Como centro de meios aéreos foi uma duplicação do que já existia. Durante muitos anos, funcionou no Parque Industrial Manuel da Mota um centro de meios aéreos, com helicópteros médios e pesados no período crítico de incêndios, sem perturbar as populações, com acesso rápido a um ponto de água de grande capacidade e com ótimo desempenho operacional.”

Caso tivesse sido identificada, no âmbito do sistema de proteção civil, a necessidade de construção de uma nova pista, então deveria ter sido estudada uma solução numa área não residencial e dimensionada para aviões de combate a incêndios de maior capacidade.”

O Senhor Vereador Dr. Diogo Mateus disse o seguinte:

“Uma infraestruturas com a dimensão do equipamento de que dispomos, deve ser encarada com a maior polivalência e funcionalidade. Se a concebemos para uma determinada função e ao longo do tempo concluímos da sua capacidade de utilização, deve o Município promover e utilizar esse recurso em toda a amplitude.

Se uma pista de aerodelismo é viável enquanto Centro de Meios Aéreos e posteriormente se revela adequada para Pista de Ultraleves, porque não deve ser utilizada? Estando garantidas as condições de segurança específicas das várias atividades, o espaço deve ser fruído da melhor forma possível e agregando o maior número de pessoas.

Por isso se realizou na passada semana a Final Distrital de Corta-Mato Escolar, organizado pela DREC – Desporto Escolar e se perspetivar o alojamento de militares da GNR num futuro próximo, respondendo afirmativamente ao pedido do Comando desta força de Segurança.

Acrescentou ainda que a realocização do Centro de Meios Aéreos do Parque Industrial Manuel da Mota para o Casalinho, ampliou a capacidade de fixação de novas unidades industriais naquele Parque, e devolver ao Parque a sua principal missão: o de Zona Industrial.

Acrescento que compreendia a sua localização no Parque Industrial da Mota e a opção que à data o Executivo Socialista da Câmara tomou, dizendo que as mesmas razões que na altura foram utilizadas, também agora são válidas. O desenrolar do tempo, a evolução económica e social se encarregarão de confirmar ou não a correção das decisões tomadas.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

O Senhor Presidente da Câmara, cuja intervenção se segue:

“A localização da Pista de Aerodelismo, inicialmente proposta pelo Presidente da Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Aerodelismo, Major-General Carlos Neves Brás, acompanhado pelo Presidente da referida Federação, João Loureiro de Sousa, por este ser do meu conhecimento pessoal e profissional, enquanto ex-professor do Colégio Militar onde esta modalidade é praticada, teve logo, como estratégia, a realização do Campeonato Europeu e Mundial de Aerodelismo, para além de, na altura, nos ter sido assegurada a viabilidade de utilização da Pista, pela sua dimensão e enquadramento, para uso de helicópteros e outros aviões de combate a incêndios, Proteção Civil e Socorro.

O local era, na altura e hoje, o recomendável, podendo lá praticar-se formação em pára-quedismo e pilotagem de aviões, prevendo-se agora o redimensionamento da pista de 900 metros para 1.200 metros.

A utilização da Helipista, situada no Parque Industrial Manuel da Mota, não era segura, segundo parecer do Senhor Major-General, licenciado em Engenharia Militar, com especialização em Engenharia de Aeródromos na Força Aérea, onde foi Diretor do Serviço de Infraestruturas, tendo em conta os pavilhões industriais existentes, a floresta circundante e a sua reduzida dimensão, para além de que as instalações necessitavam de grandes reparações, acarretando as mesmas elevados custos.

Com a transferência de local, a área agora disponível no Parque Industrial permitirá aí instalar uma nova Unidade Industrial, com a venda do terreno a €15,00/m² enquanto o utilizado para a Pista, que se encontrava ao abandono, há anos, foi adquirido por €2,50/m².”

A Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos favoráveis do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Dr. Diogo Mateus, Dr. Fernando Parreira e Dr.^a Ana Gonçalves, e com duas abstenções dos Senhores Vereadores Dr. Adelino Mendes e Dr. Carlos Lopes, submeter a presente deliberação à próxima sessão da Assembleia Municipal, para efeitos de atribuição de Declaração de Interesse Municipal da construção do Centro de Meios Aéreos/Pista de Ultraleves, com o pedido de a deliberação a tomar ser por minuta, para efeitos de imediata execução.”

O Senhor Presidente da Assembleia colocou este assunto a discussão, tendo-se inscrito:

Vítor Gomes, que fez a intervenção abaixo:

“Espero que os ânimos se acalmem porque isto é uma Assembleia Democrática, as pessoas têm que ter elevação, dignidade e educação, sobretudo.

Vamos falar sobre a Pista, hoje chamada Pista de Meios Aéreos que começou por ser uma pista de Aerodelismo.

Para nós percebermos, um bocadinho, o que é que se passa aqui, bastou assistir à cerimónia do Dia da Unidade, onde foi condecorado um Coronel do Exército, Presidente da Federação de Aerodelismo de Portugal, para percebermos como é que a Pista de Aerodelismo veio cair a Pombal, para servir o quê e a quem.

Esta Pista de Aerodelismo foi construída numa Reserva Ecológica Nacional, portanto, ilegalmente, mas como já estava construída, e para lhe dar algum crédito, aumentou-se a Pista e suscitou-se a Declaração de Interesse para a utilização como Centro de Meios Aéreos para combate a incêndios.

Em Pombal já existia um Centro de Meios Aéreos, não se justificava este Centro de Meios Aéreos, como não se justifica ainda hoje.

Não se justifica porque, apesar de lá descolarem e aterrarem aviões com asas, o caso dos dromader's, que não é de todo um avião de combate a incêndios, é um avião adaptado ao combate



MUNICÍPIO DE POMBAL

a incêndios, mas essa é uma discussão que pode ficar para outra altura, esta Pista não se justifica, e aqui foram gastos dinheiros públicos do Município.

Ora bem, há umas perguntas que me interessa fazer aqui, ao Executivo:

Esta Pista foi autorizada por que Autoridades Nacionais de Aviação Civil? Por nenhuma, concretamente.

Se não existem, quem vai ser responsável por qualquer atividade ou acidente de meios aéreos envolvidos naquele teatro?

Quais foram os requisitos técnicos, ou os parceiros técnicos? Quem os deu para que fosse construído, ali, aquele aeródromo?

Isto no que diz respeito à construção do Aeródromo.

Mais, ultimamente têm decorrido lá operações de pára-quedismo, lançamento de pára-quedistas. Gostava de saber qual é a empresa que explora esta Escola de Pára-quedismo? Quem faz a largada de pára-quedistas, e com a autorização e licenciamento de quem?

Quanto custou aquela infra-estrutura? Acho que todos os pombalenses têm o direito de saber.

Quanto pagam os utilizadores daquela infra-estrutura? Os utilizadores que a utilizam para o aeromodelismo não são, propriamente, classes desfavorecidas, são meninos que têm algum poder económico para fazer aquilo, portanto, se têm poder económico para aquilo também têm que ter dinheiro para pagar a utilização do espaço.

Quero saber quanto é que pagam pela utilização daquele espaço.

No que diz respeito à operação de Meios Aéreos, quem vigia, controla e fiscaliza a operação destes meios aéreos?

Quem verifica as inspeções dos aviões e os licenciamentos dos aviões para ali operarem?

Devem ser as oficinas da Câmara, com certeza.

Qual é a utilidade pública desta infra-estrutura naquele local? Naquele local, a única utilidade pública que se justificaria ali seria uma excelente exploração agrícola, que é dos poucos terrenos bons que o Concelho de Pombal tem para explorações agrícolas, ainda.

Se vamos pedir o Interesse Municipal para aquela infra-estrutura colocada em REN, porque é que não fazemos o mesmo em relação à Estrada das Pedreiras da Sicó, cujos camiões incomodam milhares de pessoas, aldeias inteiras, todos os dias a passarem por ali. Ali não há Utilidade Pública? Gostava de saber quais são os critérios disto.

Constrói-se no Casalinho uma Pista de Aeromodelismo em REN, situação ilegal. Há dinheiro para isso e não há dinheiro para alcatroar ou pavimentar as ruas da aldeia circundante, não há dinheiro para fazer o saneamento básico, saímos das faldas de Pombal, não temos saneamento básico.

Eu sou frontalmente contra aquela infra-estrutura naquele local. Acho que não faz sentido nem constitui qualquer necessidade do Concelho.”

Rodrigues Marques, cuja intervenção se segue:

“O companheiro Vítor Gomes não leu os fundamentos da proposta que está aqui em discussão, porque se o tivesse feito, não dizia as obscenidades que disse.

Não conhece o Centro de Meios Aéreos que estava instalado no Parque Industrial Manuel da Mota e ainda lá está.

Aquilo é o que é, não tinha condições rigorosamente nenhuma e, portanto, tinha que se arranjar uma alternativa.

Por outro lado há aqui uma situação técnica, e sabe isso melhor do que, que são os cones de proteção. O cone de proteção do aeroporto de Lisboa, que está dentro da Cidade, vem até aqui e,



MUNICÍPIO DE POMBAL

efetivamente a ANA, - é disto que estamos a falar, e o Senhor tem obrigação de o saber melhor do que eu -, deu o seu parecer, era das poucas zonas que tinha hipótese de fugir ao tal cone de proteção.

Se havia necessidade de, em termos burocráticos, libertar os terrenos para uso diferente daquele que tinham, é disto que estamos aqui a falar, ou seja, é delimitar a utilização dos solos, a terra fica lá, o solo fica lá, os seus netos, qualquer dia, entendem que hão-de arrancar aquilo tudo para dar uma outra utilização ao solo, e dão.

Não consigo perceber como é que o Partido Socialista, encarnando a sua pessoa, Vítor Gomes, indivíduo que percebe destas coisas de aeronáutica, como é que coloca as questões de forma absolutamente leviana e com falta de qualquer fundamentação para dizer que está tudo mal.

A questão que devia colocar, com o conhecimento de causa que tem, era dizer, há muito tempo que não agora, que não fica bem ali mas fica bem acolá.

Dizer que está tudo mal e que deveríamos ir outra vez para o quarto que tínhamos no parque Industrial Manuel da Mota, é ter uma espécie de nada, portanto, a sua responsabilidade, acrescida neste aspeto, não deveria ter feito com que tivesse apresentado esta intervenção, hoje, aqui.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu às interpelações como se segue.

“Este interesse público já foi aprovado em reunião de Câmara e nesta Assembleia, em 2009.

Hoje vem aqui porque, de facto, fomos aconselhados a alterar o nome inicial da Pista que era para meios aéreos e fica agora designada Centro de Meios Aéreos e Pista de Ultraleves.

O terreno era terreno agrícola, não precisámos de expropriar nem um metro dele e comprámos cerca de 100.000 m² de terrenos, a vários proprietários.

Não homenageámos aqui, no Dia do Município, nenhum Coronel, homenageámos um professor com quase 40 anos de serviço no Colégio Militar, que privou comigo, nos anos 70, em termos de cursos pedagógicos ligados à educação e que é, desde há longa data, Presidente da Federação Portuguesa de Aeromodelismo, sendo professor dessa modalidade, e que nos recomendou que, estando o Concelho na zona centro, podíamos ter aqui o Campeonato Mundial e Europeu de Aeromodelismo. Aquando destes campeonatos estiveram em Pombal 202 países participantes.

Posteriormente o Senhor Major General Brás, que é o Presidente da Assembleia-geral da Federação Portuguesa de Aeromodelismo, que tem um avião particular, viu a Pista inicial e disse que não tinha condições de segurança e as obras nos edifícios de apoio iam custar-nos muito dinheiro, enquanto que a do Casalinho tinha a localização ideal para se construir ali a Pista para Meios Aéreos.

Temos uma Pista de 900 metros e estou convencido que não é preciso avançar com a expropriação para a passar para os 1.200 metros de comprimento, de forma a permitir todo o tipo de descolagem e aterragem de aviões, podendo um avião, por exemplo, da TAP, aterrar ali em caso de emergência, mas também tem outras utilizações. Ainda agora lá decorreram provas de atletismo, a nível distrital.

O Aeroporto de Monte Real tem uma pista de 2.500 metros de comprimento e está na eminência de poder ser utilizado para a aviação civil. Nós não temos dinheiro para fazer mais nenhum aeroporto, temos que classificar aqueles que temos, o de Beja, o do Porto, o de Faro, o de Lisboa e o de Monte Real.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A Pista está em Reserva Agrícola e Ecológica. A estrada que nós tínhamos concursado para ser adjudicada a uma empresa de Miranda do Corvo, não se pôde realizar por estar em Rede Natura e a CCDR não autorizou.

O Senhor Deputado Vítor Gomes, que é co-proprietário de alguns terrenos, sabe bem que aqueles terrenos estão todos abandonados. Há lá um terreno de 70.000 m² que não adquirimos, apesar do proprietário estar ansioso para o vender, porque está a decorrer um processo de divórcio.

Temos, como consta da informação, autorização, através da Autoridade Nacional de Proteção Civil, cuja Declaração está no Processo, está da ARH o Centro de Administração da Região Hidrográfica do Centro, está do Instituto Nacional da Aviação Civil, tudo com pareceres favoráveis, mas a Pista está a ser politizada, tal como já foi feito relativamente ao Cemitério do Casal Velho, infelizmente.

Em termos de drenagem e em termos de acessibilidade, aquela Pista valoriza os terrenos confinantes que têm, de facto, aptidão agrícola, mas que estão abandonados e os proprietários não os conseguiam vender a ninguém pelo preço que nós demos, € 2,50/m².

O terreno no Parque Industrial vai ser integrado, em termos de loteamento, e vai ser utilizado para mais uma indústria, vamos vendê-lo, a €15,00/m².

Estamos a pagar o aluguer de instalações, no Travasso, para os GIP's da GNR e já fui, na última segunda-feira, ver contentores que foram utilizados pelo Parque Escolar, vamos ali colocá-los e instalar cerca de 20 soldados da GNR. Os meios aéreos ficam protegidos.

Estamos a construir uma pista de aerodelismo na Freguesia do Carriço, junto ao Centro Social, em terrenos que o Município pagou e cedeu à Junta, já trem o tout venant e vaoi ser pavimentada porque há lá uma Associação de Aerodelismo e uma oficina onde se fabricam os modelos que são comercializados.

Nós estivemos muito bem, os aviões que estiveram para ir para Fátima, a Proteção Civil teve lá aviões de combate aos fogos, nos últimos dois anos, temos lá o abastecimento de água direto, temos albufeiras e pontos de água quer construímos.

O problema é muito mais profundo, meus caros amigos, o problema é político-partidário, não é o interesse público, não é o interesse nacional.

Nós temos que responder em Tribunal, num auto que foi levantado por um Senhor iluminado político de carreira, que perdeu uma Câmara Municipal e que estava em Castelo Branco, que mandou lá dois Senhores, levantar um auto que já contestámos.

O próprio Estado que utiliza aqueles meios levanta-nos um auto? Levantou-nos um auto porque quando fomos ao Castelo, de Vila Cã, o Senhor em causa, ficou indignado do Senhor Presidente de Junta da altura, não ter ali colocado o nome dele, isto são os politiqueros que conduziram o país a este estado.

A Pista é uma mais valia que a região centro e o país tem, a nível nacional.

Quando um indivíduo pensa no sentido político-partidário, sem sentido de Estado, sem sentido de bem-fazer, estamos a desprestigiar toda a atividade nobre da política e toda a função pública.

A Reserva Ecológica entrou em vigor por Decreto-Lei, em dezembro de 1995, os autarcas que estavam aqui, antes de mim, podiam licenciar casas em Reserva Florestal, em Reserva Agrícola, e temos aqui algumas, até junto à FacFrio.

Com o PDM passou-se de 8 para 80, se tivéssemos casas aprovadas na floresta, como temos, por exemplo, em Biscarrosse, em que está tudo limpo e cultivado, por isso é que estamos já no 2.º PDM para não desertificar mas fixar as pessoas às suas raízes.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O interior do País não se desenvolve por isto, não se fixam as pessoas, o setor primário está em decadência, não foi tratado convenientemente e, como o Dr. Joaquim Branco aqui disse, no Canadá está tudo amanhado, mas aqui, nos anos 50 e 60, as pessoas viviam da agricultura.

Porque é que até 1996 os pombalenses construía casas junto ao rio Arunca e, agora, por uma Lei do Terreiro do Paço, é que se podem fixar as pessoas aos lugares onde nasceram, quando há lugares que têm construções que querem requalificar as casas e que não o podem fazer porque estão em Rede Natura e Reserva Ecológica.

Isto é de pessoas de vistas curtas que não sabem distinguir o trigo do joio, o útil do supérfluo, utilizando a politiquice consciente e demagógica para denegrir quem trabalha, como aquele Senhor Deputado que disse aqui que eu era conivente com o roubo. É de homens dessa craveira que o País precisa em termos de atividade política, ou de homens sérios?

Hoje saio hoje, daqui, indignado, respondi a uma intervenção que acusava a Câmara de estar falida e paguei por isso, mas foi muito menos grave do que aquilo que hoje foi aqui focado, puseram em causa a honestidade de um homem que está aposentado e que tem 44 anos de atividade efetiva, mas continuo a trabalhar porque gosto do que faço, a pensar no bem comum e não em mim.”

Colocada a declaração de Interesse Municipal do Centro de Meios Aéreos/Pista de Ultraleves a votação, foi a mesma aprovada, com os seguintes votos:

- Votos a favor – trinta (30)
- Votos contra – seis (06)
- Abstenções – Uma (01)

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.5 - Apresentação de discussão e votação da proposta da Câmara sobre Prestação de Serviços de Seguros – Pedido de autorização nos termos do n.º 6 conjugado com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto Lei n.º 197/99 de 8 de junho.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta da Câmara a discussão, a qual foi previamente distribuída por todos os membros da Assembleia, e cujo teor se transcreve:

“Ponto 19.0 – Prestação de Serviços de Seguros – Pedido de autorização nos termos do n.º 6 conjugado com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99 de 8 de junho.

Foi presente à reunião a informação n.º 000008/DMF/12, do Departamento Municipal de Finanças, que a seguir se transcreve:

“ASSUNTO:

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara,

1. FUNDAMENTO DA NECESSIDADE

1.1. O procedimento visa a contratação da prestação de serviços de seguros da competência do Município pelo período de 2 anos, nos ramos Automóvel, de Acidentes de trabalho, de Acidentes Pessoais, de Multiriscos e de Responsabilidade civil Autarquias.

2. OBJETO DO FORNECIMENTO OU CONTRATAÇÃO



MUNICÍPIO DE POMBAL

2.1. *Prestação de serviços de seguros para o período de 2 anos, nos ramos Automóvel, de Acidentes de trabalho, de Acidentes Pessoais, de Multiriscos e de Responsabilidade civil Autarquias.*

3. ESTIMATIVA DO VALOR DO CONTRATO

O presente procedimento estima-se em € 381.000,00 para a totalidade do período a contratar, sendo o valor estimado para um ano de € 190.500,00, distribuído pelos seguintes lotes:

Lote 1- Ramo Automóvel – preço base / ano de € 41.000,00

Lote 2 - Ramo de Acidentes de Trabalho – preço base / ano de € 66.000,00

Lote 3 – Ramo de Acidentes Pessoais – preço base / ano de € 37.000,00

Lote 4 – Ramo Multiriscos – preço base / ano de € 40.000,00

Lote 5 – Ramo de Responsabilidade Civil Geral Autarquias – preço base / ano de € 6.500,00

No ano de 2012, prevê-se que o mesmo tenha início em maio, cuja despesa ajustada ao período se estima globalmente em cerca de 111.000,00€

4. FUNDAMENTO DO PROCEDIMENTO DA CONTRATAÇÃO

O procedimento a adotar será o concurso Público Internacional, cujo valor a contratar tem enquadramento na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP (Código dos Contratos Públicos).

5. **FUNDAMENTAÇÃO PARA AJUSTE DIRETO DE VALOR IGUAL OU SUPERIOR A € 5.000,00, NOS TERMOS DO ARTIGO 127.º DO CCP, ALTERADO PELA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO**

Não se aplica.

6. INSCRIÇÃO NOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

A despesa a contratar tem adequado enquadramento para o ano de 2012, em Orçamento, nas rubricas Org. 02 e económica 01030901 e Org. 02 e económica 020212, carecendo a despesa a assumir para exercícios seguintes de autorização do órgão deliberativo, nos termos do n.º 6 conjugado com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto Lei n.º 197/99 de 8 de junho.

7. PROPOSTA DE ENTIDADE A CONVIDAR

Não aplicável, por força do disposto no n.º 4.

8. PROPOSTA DE CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

De acordo o ponto estabelecido no ponto 15 do Programa de concurso.

9. PRAZO DE EXECUÇÃO

A prestação de serviços será executada em 24 meses.

10. SESSÃO DE NEGOCIAÇÃO

Não aplicável.

11. CONSTITUIÇÃO DO JURI

- Presidente – Narciso Ferreira Mota – Eng.º

- Vogal Efetivo – Diogo Alves Mateus – Dr.

- Vogal Efetivo – Lídia Sacramento – Dr.ª

- Vogal Efetivo – Vítor Gonçalves – Dr.

- Vogal Suplente – Bruno Fernandes – Dr.

12. ESPECIFICAÇÕES DO CADERNO DE ENCARGOS

Fazemos juntar proposta de Caderno de Encargos e Programa de Concurso, para efeitos de aprovação.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter a presente deliberação à Assembleia Municipal para efeitos de autorização, nos termos do n.º 6 conjugado com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto Lei n.º 197/99 de 8 de junho.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Mais deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal a aprovação por minuta, para efeitos de imediata execução.”

Ato contínuo, inscreveu-se o membro **Fernando Carolino**, cuja intervenção se segue:

“O Engenheiro Rodrigues Marques, com toda a certeza, vai pedir a palavra a seguir a mim, isto tudo porque eu sou desconfiado, são manias, são situações, são coisas que acontecem, mas efetivamente, ao ler aquilo que me foi apresentado, das duas uma, ou não está completo ou há qualquer coisa que a mim me está a escapar.

O Ponto n.º 1. Fundamento da necessidade, diz no subponto 1.1. que o procedimento visa a contratação da prestação de serviços de seguros da competência do Município pelo período de 2 anos, nos ramos Automóvel, de Acidentes de trabalho, de Acidentes Pessoais, de Multiriscos e de Responsabilidade civil Autárquicas, até aqui tudo correto. A questão é esta: Fundamento da necessidade, porquê?

Onde é que está aqui expresso o fundamento da necessidade? Acabou o contrato? São muito caros os contratos atuais?

Há alguma coisa que nos escapa aqui, que nós não possamos saber, para que haja um departamento técnico a apresentar este assunto?

O objeto do fornecimento da contratação está correto, por dois anos, são necessários, a estimativa do valor contratado está correto, aparece aqui discriminado o lote um, dois, e sucessivos lotes.

A fundamentação do procedimento da contratação também está correta, tudo isto, agora, o fundamento da necessidade, é que ficou por esclarecer se já terminou se ainda não terminou, o que é que é necessário fazer?

Sinceramente, faz-me questão é se não vamos ter outra vez “gato escondido com rabo de fora” e se não aparece qualquer companhia de seguros ali de Lisboa ou do Porto ou mesmo de Braga, para ser concorrente a esta situação.”

Nesta altura, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu como se segue:

“Sr. Presidente e senhores deputados, isto que está aqui é um concurso internacional, por dois anos, imposto pela legislação em vigor.

Está em curso, também, no âmbito da AMLEI, abertura de concurso público nacional e internacional para os seis concelhos que a integram, mas como isso é muito mais moroso nós já estamos a antecipar, no entanto, se esse concurso tiver custos mais baixos que o nosso, iremos optar por essa solução.

Mais transparência que isto não pode haver, eu já recebi telefonemas porque podemos correr o risco de não entregar estes seguros a agências do Concelho, mas elas, se assim o entenderem, podem concorrer ao concurso público. Espero que concorram e apresentam preço e condições vantajosas, posteriormente, o Departamento Financeiro fará a proposta para submeter à reunião de Câmara.

Para quê levantar entraves e problemas onde eles não existem.”

O Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação tendo a Assembleia deliberado, por unanimidade, autorizar a efetivação de despesa, nos termos do n.º 6 conjugado com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99 de 8 de junho.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu por finalizados os trabalhos, eram vinte horas e trinta minutos, tendo-se lavrado a presente acta, que eu (1.º Secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os Membros da Mesa.

O Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: